

O Instituto Água e Terra - IAT, com base na legislação de recursos hídricos vigente, demais normas pertinentes e no protocolado sob nº **24.576.235-6**, emite a **Portaria de outorga prévia** para **Canalização**, nas condições abaixo especificadas:

Portaria: 12588/2025/OP-GOUT

Validade: 07/11/2027

Nome/Razão Social: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

CPF/CNPJ: 78.121.936/0001-68

Empreendimento: LAGO MUNICIPAL CENTRAL

Endereço: Rua Minas Gerais

Localidade: Nossa Senhora de Fátima

Município: Três Barras do Paraná

UF: PR

Ponto de interferência

Bacia hidrográfica: Iguaçu

Comitê: Baixo iguaçu

Tipo de corpo hídrico: Córrego

Nome: Sem denominação na base

Coordenadas UTM: 7.187.109,83 N 280.675,16 E

Fuso: 22 (SIRGAS 2000)

Código do ponto: 1087844

Código Ottobacia: 862181289

Dominialidade: Estadual

Nome popular: -

Área crítica: Não

Regional: Escritório Regional de Cascavel

Condições da intervenção

Vazão máxima de projeto (m³/s) 30,920

Forma da seção Retangular

Tipo Simples

Altura da seção (m) 2,00

Extensão (m) 130,77

Largura da seção unitária (m) 5,00

Área total (m²) 10,00

Capacidade máxima de vazão (m³/s) 37,55967

Velocidade máxima de escoamento (m/s) 5,01000

Material de revestimento Gabião

Observações

Quaisquer incidentes que possam ocorrer com a obra, o empreendedor é responsável por conter e reparar danos ao meio ambiente, além de estar sujeito às sanções ambientais

O terreno será adaptado para funcionar como uma bacia de detenção; conforme apresentado em complementações no SIGARH.

O usuário deverá finalizar o processo administrativo de outorga solicitando a outorga de direito após emissão da devida manifestação do licenciamento ambiental.

Condições

- Art. 1º** Este ato de outorga prévia, objeto desta Portaria, não estabelece direitos de uso de recursos hídricos, correspondendo somente à manifestação prévia do Poder Público Outorgante quanto ao objeto requerido, possibilitando ao Outorgado prosseguir no planejamento e projeto de empreendimento, no atendimento às etapas de licenciamento previstas nas legislações sobre uso e ocupação do solo, meio ambiente, exploração e aproveitamento de recursos naturais e, ainda, no cumprimento das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.
- Art. 2º** O ato de outorga prévia estará garantido ao Outorgado, desde que os elementos do processo administrativo que deram sustentação a esta manifestação não venham a ser alterados nas fases subsequentes do processo administrativo de requerimento de autorização de direito de uso de recursos hídricos.
- Art. 3º** O Poder Público Outorgante pode, em decisão motivada, suspender, total ou parcialmente, em definitivo ou por prazo determinado, a outorga prévia concedida.
- Art. 4º** A outorga poderá ser revogada, sem qualquer direito de indenização, nos casos de cancelamento da licença ambiental ou se as licenças municipais para construção e funcionamento não forem emitidas, se for o caso dessas exigências, ou ainda se verificados os demais casos previstos no artigo 32 do Decreto Estadual nº 9.957 de 23/01/2014.
- Art. 5º** Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção pelo outorgado de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.
- Art. 6º** O requerimento para renovação desta outorga deverá ser encaminhado ao Poder Público Outorgante no prazo máximo de até 90 (noventa) dias anteriores à data de expiração da vigência desta autorização.
- Art. 7º** No caso de desativação, interrupção das atividades do empreendimento ou desistência da outorga, o Outorgado deverá comunicar formalmente ao INSTITUTO, por meio de formulário próprio.
- Art. 8º** A transferência de titularidade da outorga, relativa à alteração do titular da outorga, poderá ser solicitada através de requerimento específico ao INSTITUTO.
- Art. 9º** O Outorgado se sujeita à fiscalização do INSTITUTO, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Condições

- Art. 10º** O não cumprimento da legislação de recursos hídricos vigente e aos termos desta outorga sujeitará o outorgado às sanções previstas na Lei 12.726/99 e nos decretos 9957/2014 e 12.416/2014.
- Art. 11º** Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.